



Membros da comissão estão certos de que há pessoas que não querem ver os trabalhos concluídos

Partidos se unem para evitar relatório parcial

Um movimento suprapartidário quer evitar que a CPI do Orçamento apresente um relatório parcial, contemplando apenas a primeira etapa das investigações. Há o temor de que o documento preliminar se torne definitivo e seja proposta a cassação de um número restrito de parlamentares. O movimento teve origem na Câmara, entre outros motivos, porque da lista de prováveis cassados constam somente deputados — até agora nenhum senador foi sequer convocado para depor. O PMDB, partido com maior número de envolvidos nas denúncias, alega que o relatório parcial é anti-regimental e ameaça recorrer ao plenário se a decisão for mantida.

O assunto começou a ser discutido em reunião de líderes, no almoço na residência do deputado José Serra (SP), líder do PSDB, quarta-feira, e teve seu momento explosivo nas sessões da CPI, ontem. Porta-voz do PMDB na comis-

são, o deputado Roberto Rollemberg (SP) alertou que a elaboração do documento, anunciada como de consenso, não foi votada em plenário. Rollemberg garantiu que vai recorrer caso a CPI insista no relatório parcial. “A CPI é um inquérito e não um processo criminal. Até o final do inquérito, os denunciados podem apresentar provas”, disse.

“Nunca houve um relatório parcial em CPI e não vejo porque mudar o critério”, lembrou o líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (MG).

Campo — O líder do PT, deputado José Fortunatti (RS), disse que a estratégia dos partidos é congrega parlamentares influentes e formar um campo de atuação em torno da CPI, para evitar o relatório parcial.

Para o deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), líder do PFL, que levantou o assunto no almoço das lideranças, a CPI não pode condenar alguns parlamentares perante a

sociedade e dar sobrevida a outros. Como exemplo, Magalhães citou os sucessivos adiamentos do depoimento do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

O relator da CPI, deputado Roberto Magalhães, disse que os partidos contrários ao relatório parcial têm de assumir publicamente essa posição. “A decisão de não ter relatório parcial não pode parecer um recuo ou fraqueza da CPI”, justificou, ao reconhecer que está recebendo pressões contra o documento preliminar e que vai acatar qualquer definição pelo plenário da comissão.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), entende que a preocupação com o relatório está sendo por cautela, uma vez que os advogados dos denunciados podem recorrer. “As especulações de que o relatório parcial se torne definitivo não passam de maledicência”, afirmou.